

Sociedade civil lança Frente em Defesa do Orçamento Público em debate sobre emendas parlamentares

RED

11/03/2026

Entidades da sociedade civil lançaram na última segunda-feira (9) a Frente em Defesa do Orçamento Público, iniciativa que reúne 25 organizações com o objetivo de debater e incidir sobre o modelo atual de emendas parlamentares e seus impactos sobre as políticas públicas. O lançamento ocorreu durante o evento “Emendas Parlamentares: A quem compete o orçamento Público?”, atividade realizada no Centro Cultural da UFRGS, reunindo juristas, parlamentares, lideranças sociais, representantes de entidades e público interessado no tema.



Foto: reprodução

Na abertura do evento, o presidente da Associação Mães e Pais pela Democracia, Júlio Sá, leu o manifesto de criação da Frente e informou que novas entidades podem aderir ao movimento, que pretende organizar uma agenda permanente de debates e mobilizações sobre o orçamento público.

O juiz aposentado Jacques Alfonsin, um dos palestrantes, criticou duramente o modelo atual de emendas parlamentares. “As emendas são um roubo — este é o nome. Senadores e deputados tornam-se agenciadores de verba pública. É preciso gerar uma indignação ética para mudar isso”, afirmou. Segundo ele, recursos de políticas sociais, como o SUS e o Bolsa Família, têm sido deslocados para atender emendas parlamentares, comprometendo deveres constitucionais do Estado.

Nos últimos dez anos, as emendas parlamentares passaram de instrumento complementar do orçamento para um mecanismo que movimenta mais de R\$ 50 bilhões por ano, ampliando significativamente a participação do Congresso na execução de políticas públicas.

A advogada e jurista Soraia Mendes também criticou o modelo. “O Legislativo não deveria gerir recurso público. Isso é uma distorção”, afirmou. Para ela, o sistema de emendas alimenta estruturas clientelistas

dentro dos partidos e dificulta a renovação política, reduzindo o espaço para novas candidaturas e para a ampliação da representação de mulheres e minorias.

O ex-governador do Rio Grande do Sul Tarso Genro avaliou que as emendas parlamentares configuram uma mudança estrutural no sistema político brasileiro. “As emendas são uma forma inovadora e complexa de imposição de um sistema parlamentarista atípico e perverso”, afirmou. Para ele, o debate sobre a revisão desse modelo precisa caminhar junto com a defesa da participação popular na gestão do orçamento público. “Nenhum país no mundo destina cerca de 25% do orçamento às emendas, ainda mais sem transparência, muitas vezes sem critérios técnicos claros, levando a desvios de dinheiro público, e reduzindo recursos para programas sociais”, evidencia a professora de Economia, Rosa Chieza, integrante do Instituto Justiça Fiscal, uma das entidades integrantes da Frente. Ela informou ainda da formação permanente realizada gratuitamente há 10 anos por meio do Projeto de Extensão “Curso de Educação Fiscal e Cidadania” dirigido a escolas públicas.

Agressão ao Estado de Direito

Para o ex-governador Olívio Dutra, o atual sistema de emendas não pode ser naturalizado. “É uma agressão ao Estado de Direito republicano e à Constituição brasileira”, afirmou. Dutra reconheceu que o mecanismo pode ser aperfeiçoado, desde que submetido a controle público. “O dinheiro público deve servir ao interesse público, não ao interesse privado.”

Na mesma linha, o ex-prefeito de Porto Alegre Raul Pont afirmou que o modelo atual contribui para o enfraquecimento do sistema partidário. “As emendas destroem os partidos políticos e os transformam em instrumentos de clientelismo.”

Durante o debate, participantes também destacaram o risco de cooptação de movimentos sociais na disputa por recursos de emendas parlamentares. Para a deputada federal Maria do Rosário, o mecanismo faz parte de um processo mais amplo de desestruturação das funções públicas do Estado.

O coordenador do Comitê Popular Esperançar, Vinícius Galeazzi, afirmou que a Frente surge para enfrentar o que chamou de “sequestro do orçamento público” pelo sistema de emendas. Já o desembargador federal do trabalho aposentado Felipe Ledur destacou que a iniciativa representa uma reação da sociedade civil. “Esta frente é uma iniciativa cidadã que surge em um momento grave de apropriação privada do que é público”, afirmou.

Valores bilionários

O crescimento das emendas parlamentares foi um dos pontos centrais do debate. O Orçamento da União de 2026 aprovado pelo Congresso prevê cerca de R\$ 61 bilhões em emendas parlamentares, somando emendas individuais, de bancada e de comissão. Desse total, aproximadamente R\$ 37,8 bilhões são emendas impositivas, cujo pagamento é obrigatório pelo governo federal.

No Orçamento de 2025, o volume total de emendas ficou em torno de R\$ 50 bilhões, consolidando a expansão desse instrumento nos últimos anos. Em 2024, os recursos movimentados por emendas chegaram a R\$ 45,8 bilhões, após uma expansão de 321% desde 2014, segundo estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O crescimento mais acelerado ocorreu entre 2020 e 2023, período marcado pela criação das emendas de relator (RP9), conhecidas como “orçamento secreto”, quando o valor médio anual saltou para R\$ 35,5 bilhões.

Ação no STF

Durante o encontro, a Associação Juízas e Juizes para a Democracia anunciou que ingressou como amicus curiae na ADI 7697, ação protocolada no Supremo Tribunal Federal pelo Partido Socialismo e Liberdade

(PSOL) em agosto de 2024, que questiona a constitucionalidade do modelo atual de emendas parlamentares. O ministro Flávio Dino, relator do caso, tem adotado medidas para ampliar a transparência e o controle sobre esses recursos. Entre as decisões recentes estão a proibição de saques em dinheiro de recursos de emendas, a exigência de rastreabilidade das transferências, o bloqueio de mais de 1.200 emendas com irregularidades e a determinação de investigação pela Polícia Federal sobre cerca de R\$ 4,2 bilhões em emendas de comissão. As medidas buscam combater a opacidade na execução das emendas e garantir que os recursos públicos respeitem os princípios de transparência, moralidade administrativa e controle do gasto público.

Entidades proponentes

ABJD- Associação Brasileira de Juristas pela Democracia

ACESSO-Acesso Cidadania e Direitos Humanos

ADUFRGS–Sindical- SINDICATO Intermunicipal das Instituições Federais de Ensino Superior do RS

AJURD – Juristas pela Democracia

AMPD- Associação Mães e Pais pela Democracia

Associação Juízas e Juizes para a Democracia

ATEMPA – Associação dos Trabalhadores/as em Educação do Município de Porto Alegre

CEAPE – Sindicato dos Auditores de Controle Externos do TCE – RS

Cidadania –Associação de Defesa dos Direitos do Cidadão

Comitê pela Democracia e pelo Estado Democrático de Direito

Comitê Popular Esperançar

CPERS –Centro de Professores do Estado do RS

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores /RS

Fórum Social das Periferias de Porto Alegre

INP-Instituto Novos Paradigmas

IJF-Instituto da Justiça Fiscal

RENAP- Rede Nacional de Advogados Populares

SAERGS-Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado do RS

SIMPA –Sindicato dos Municipários de Porto Alegre

SINDIJUS- Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do RS

SINPRO – Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul

SINTRAJUFE – Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do Ministério Público da União

Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos Federais do RS

UFRGS/Conexões UFRGS – Comunidades

Informações para a imprensa

Júlio Sá — Presidente da Associação Mães e Pais pela Democracia – Telefone: (51) 99999-4436

Via [RED](#)

Compartilhe nas redes: